



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores em milhares de reais)

4. Principais Estimativas e Julgamentos: Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas na experiência histórica e em outros fatos considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. a) As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico e quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações. b) Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entendem como razoáveis e relevantes. A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras intermediárias: **a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido é revisado a cada período e os efeitos decorrentes das alterações financeiras e reduções/baixos pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o, e o montante a ser registrado do, ativo fiscal. **b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente em relação a ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realizou uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada para reduzir o valor recuperável de ativos de vida longa. **c) Provisões judiciais:** A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais e administrativas são corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias. **d) Provisão para riscos sobre créditos:** A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.k) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis. **e) Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP:** As provisões técnicas de seguros e o teste de adequação de passivos também utilizam de premissas e escolha de estimativas por parte da Administração da Seguradora, conforme descrito na nota explicativa nº 3.p). **5. Gerenciamento de Riscos: a) Comitê de Underwriting:** O comitê de Underwriting tem o objetivo de, através de normas, efetuar discussões e aprovações em relação a riscos específicos/volútes, que possam gerar reflexos na gestão operacional da Seguradora. A periodicidade de realização do comitê deverá ser 2 vezes por mês a princípio, ou, quando necessário, efetuar reunião extraordinária. **b) Comitê de gerenciamento de risco e compliance:** O comitê tem por objetivo desenvolver e melhorar o sistema de gerenciamento de risco, das normas da Seguradora, prevenção a Lavagem de Dinheiro, assegurando que a Diretoria e todos os funcionários cumpram rigorosamente as normas estabelecidas e as leis do País. O comitê é realizado uma vez ao mês. Além do Comitê normal, o Comitê de Underwriting e o Comitê de Risco são realizados quando necessário. O comitê em conjunto com os gestores tem a missão de garantir que todos os riscos sejam identificados e alocados aos responsáveis do Departamento, definido as ações corretivas e que estas estejam documentadas. O comitê também deverá monitorar se os planos de ação corretiva estão sendo implementadas de acordo com os prazos fixados. **c) Riscos de seguro:** O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuamos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos. O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para o fazer face aos sinistros. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros o balanço da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A política de aceitação de riscos considera a experiência histórica e premissas atuárias. As indenizações são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência da apólice, desde que a perda não tenha sido aprovada pelo Comitê de Underwriting, observando os períodos máximos constantes no Código Civil. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período longo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser pago nestes contratos. O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Também, visando a redução de incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provido a liquidação final dos sinistros por parte do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR e a Provisão de Sinistros a Liquidar. Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudence relativa à matéria em questão. Na estimativa da Provisão de Sinistros a Liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas na sinistralidade histórica, bem como da percia e avaliações específicas com relação ao bem sinistrado. **d) Análise de sensibilidade:** Nos testes de adequação de passivos, constatou-se que a Seguradora depende de um suprimento de recursos para o presente dos fluxos de caixa futuros. Referentes aos sinistros associados aos riscos vigentes em 30 de junho de 2011, e que expirarão após aquela data. A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. É esperado que ocorram variações em número de sinistros influenciados pelas mais diversas situações, até mesmo que o sinistro possa ter uma característica única que o torne diferente em um momento qualquer o incremento de sinistros de grandes valores, infringindo perdas não esperadas para a Seguradora. A tabela abaixo simula a sensibilidade no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, caso a sinistralidade varie em 10% em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição da frequência e severidade destes, em 30 de junho de 2011.

Premissas	Variação	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
		Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	+10%	(13.747)	(13.747)	(8.439)	(8.439)
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	-10%	13.747	13.747	8.439	8.439

8. Risco de crédito: O risco de crédito representa o montante de valores a receber que, por quaisquer razões, há o risco de não ser recebida no futuro. A Seguradora adota procedimentos de estimativa com base na perda histórica de cancelamentos por inadimplência para estabelecimento de provisão para devedores duvidosos. **h) Risco financeiro:** O gerenciamento de riscos financeiros contempla: 1) Risco de Liquidez: Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira em adquirir ativos para a garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado através de análise do fluxo de caixa do passivo, combinada com a estratégia conservadora de manter no portfólio um volume de investimentos relevantes com liquidez imediata. 2) Casamento de Ativos e Passivos: Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados juntamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Estas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanço entre ativos e passivos. **i) Risco operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos resultantes de falha, eficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de perdas externas, deficiência em contratos, desaquecimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas, e indenização por danos a terceiros. Acionam-se desse conceito os riscos estratégicos e de reputação. O gerenciamento do risco operacional exclui-se os diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem para com os acionistas, funcionários, órgãos reguladores e sociedade. Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Além disso, estabeleceu processo rigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios. **g) Gestão do risco de capital:** O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas no Comitê de Underwriting, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido e/ou Margem de Solvência da Seguradora (Resolução CNSP nº 178/2007 e Circular SUSEP nº 355/2007).

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

	30/06/2011	31/12/2010
Patrimônio líquido	172.858	169.904
Despesas antecipadas	1.114	539
Participações societárias	444	444
Impostos diferidos	9.211	11.895
Patrimônio líquido ajustado	163.379	157.895

	30/06/2011	31/12/2010
PLA	161.379	157.895
a) 0,2 prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	45.862	46.720
b) 0,33 sinistros retidos anuais médios - últimos 36 meses	48.955	43.417
c) Margem de solvência (o maior valor entre a ou b))	48.955	46.720
Suficiência	112.424	111.175

	30/06/2011	31/12/2010
Capital mínimo requerido (CMR)	161.379	157.895
Capital adicional	53.832	49.333
Capital-base	15.000	15.000
Capital mínimo requerido	161.379	157.895
Suficiência	92.547	93.262

A Resolução CNSP nº 227, de 6 de dezembro de 2010, estabelece e requerimentos relacionados ao capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das seguradoras, o qual é composto por capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição e de crédito. A Resolução CNSP nº 158/06 estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição e a Resolução CNSP nº 228, de 6 de dezembro de 2010 estabeleceu o critério para determinação do capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP rege o capital adicional pertinente aos demais riscos, é eventual inobservância de parte de abertura em 1º de janeiro de 2010. Na mensuração dos ajustes e provisões de sinistros, a Seguradora realizou os seguintes procedimentos contábeis: 1) Risco de Crédito (RCL) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos e demais mencionados na nota explicativa nº 2.1, ajustando assim as suas demonstrações financeiras intermediárias. Efeitos da adoção das mudanças do novo modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, instituído pela Circular SUSEP nº 424/2011, e nas práticas contábeis adotadas no balanço patrimonial:

	Em 31/12/10 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)				Em 01/01/10 (data de transição)			
	Originalmente apresentado 31/12/2010	Reclassificações Circ 424	Ajustes	31/12/2010 (reapresentado)	Originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações Circ 424	Ajustes	01/01/2010 (reapresentado)
Ativo circulante	489.982	(26.666)	591	463.907	396.339	(9.313)	591	387.617
Disponível	3.833	-	-	3.833	3.133	-	-	3.133
Equivalente de caixa	-	43.124	-	43.124	-	19.136	-	19.136
Aplicações	110.260	(43.124)	591	67.727	81.537	(19.136)	591	62.992
Créditos das operações com seguros e resseguros	272.515	(114.676)	-	157.839	248.946	(109.465)	-	139.481
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e créditos a receber	2.182	-	-	2.182	1.881	-	-	1.881
Outros valores e bens	5.990	-	-	5.990	4.280	-	-	4.280
Empréstimos e depósitos compulsórios	13	-	13	9	-	-	9	-
Despesas antecipadas	539	-	-	539	592	-	-	592
Custo de aquisição diferidos	27.183	-	-	27.183	24.352	-	-	24.352
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	67.467	(67.467)	-	-	31.609	(31.609)	-	-
Ativo não circulante	182.755	-	(1.313)	181.442	184.218	-	(591)	183.627
Realizável a longo prazo	153.530	-	-	153.530	153.073	-	-	153.073
Aplicações	143.310	-	-	143.310	141.310	-	-	141.310
Títulos e créditos a receber	10.220	-	-	10.220	11.763	-	-	11.763
Investimentos	591	-	(591)	-	591	-	(591)	-
Imobilizado	16.887	-	-	16.887	17.757	-	-	17.757
Intangível	11.747	-	(722)	11.025	12.797	-	-	12.797
Total do ativo	672.737	(26.666)	(722)	645.349	580.557	(9.313)	-	580.557
Passivo circulante	496.473	(26.666)	2	469.809	413.944	(9.313)	-	404.631
Contas a pagar	21.592	-	2	21.594	22.023	-	-	22.023
Depósitos de operações com seguros e resseguros	88.453	(26.666)	-	61.787	62.076	(9.313)	-	52.763
Depósitos de terceiros	27.918	-	-	27.918	20.195	-	-	20.195
Provisões técnicas de seguros	358.510	-	-	358.510	309.650	-	-	309.650
Passivo não circulante	5.611	-	25	5.636	6.647	-	-	6.647
Contas a pagar	3.946	-	-	3.946	3.763	-	-	3.763
Outros débitos	1.665	-	25	1.690	2.884	-	-	2.884
Provisões judiciais	1.665	-	-	1.665	2.884	-	-	2.884
Outras provisões	-	-	25	25	-	-	-	-
Patrimônio líquido	170.653	(749)	169.904	159.966	159.966	-	-	159.966
Capital social	281.368	-	-	281.368	221.368	-	-	221.368
Aumento de capital em aprovação	-	-	-	-	60.000	-	-	60.000
Reservas de reavaliação	2.272	-	-	2.272	2.318	-	-	2.318
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(75)	-	-	(75)	(311)	-	-	(311)
Prejuízos acumulados	(112.912)	-	(749)	(113.661)	(123.409)	-	-	(123.409)
Total do passivo	672.737	(26.666)	(722)	645.349	580.557	(9.313)	-	571.244

	Originalmente apresentado 30/06/2010	Reclassificações Circ 424	Ajustes	30/06/2010 (reapresentado)
Prêmios emitidos líquidos	166.953	-	-	166.953
Prêmios ressegurados cedidos	(58.413)	-	-	(58.413)
Variação das provisões técnicas de prêmios	6.256	(11.531)	-	(5.275)
Prêmios ganhos	113.796	46.882	-	160.678
Receita com emissão de apólices	-	3.846	-	3.846
Sinistros ocorridos	(73.409)	(1.710)	-	(75.119)
Custos de aquisição	(16.790)	(9.500)	-	(26.290)
Outras receitas e despesas operacionais	1.808	(3.846)	-	(2.038)
Resultado com resseguro	-	(36.648)	-	(36.648)
Recicla com resseguro	-	5.267	-	5.267
Despesa com resseguro	-	(41.915)	-	(41.915)
Despesas administrativas	(21.341)	-	88	(21.253)
Despesas com tributos	(4.437)	963	-	(3.474)
Resultado financeiro	10.340	13	-	10.353
Resultado patrimonial	508	(36)	-	472
Resultado operacional	10.475	52	-	10.527
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	52	-	52
(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações	10.475	52	-	10.527
Imposto de Renda	(1.856)	-	-	(1.856)
Contribuição Social	(1.165)	-	-	(1.165)
Participações Sobre o Resultado	(1.95)	-	-	(1.95)
Lucro Líquido do Semestre	7.259	52	-	7.311

7. Adoção de Normas Intermédias de Contabilidade Novas e Revisadas: A Seguradora não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Modificações	Descrição	Impacto
IFRS 7	Isenção limitada de divulgações comparativas a IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IFRS 7	Divulgações - Transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos financeiros (conforme alteração em 2010)	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Impostos diferidos - Recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 407.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IFRS 13	Classificação de direitos.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRS 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 24	O IASB emitiu uma revisão da norma a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladores e controladas.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRS 10, 11 e 12; 27R e IAS 28R	Normas novas ou revisadas - tratamento contábil de consolidação, envolvimento em acordos conjuntos e divulgação de envolvimento com outras entidades.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece o requerimento de divulgação relacionados ao valor justo.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1	A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012
IAS 19	A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Seguradora irá avaliar o eventual impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras até a edição pelo CPC e aprovação pela SUSEP.

	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e Bancos	1.029	3.833
Fundo de investimentos - renda fixa (não exclusivos) (*)	28.004	43.124
Total	29.033	46.957

(*) Refere-se a ativo não vinculado à garantia de provisões técnicas e que possui liquidez imediata.

9. Equivalentes de Caixa e Aplicações - Circulante e Realizável a Longo Prazo:

9.1. Composição:

	2011	2010
Categorias	Custo	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:		
Fundos de investimento (a) (b)	51	



Sinistros Líquidos de resseguro

Ano de ocorrência	Ano do Aviso						
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Até 2006	73.842	19.577	8.449	3.547	43	986	106.444
2007	-	47.944	1.931	1.301	2	-	51.178
2008	-	-	66.931	22.512	41	2	89.486
2009	-	-	-	113.572	2.899	17	116.488
2010	-	-	-	-	147.793	6.934	154.727
2011	-	-	-	-	-	81.935	81.935
Total	73.842	67.521	77.311	140.932	150.778	89.874	600.258
Pagamentos de sinistros efetuados	67.726	66.119	76.125	137.541	144.318	49.535	541.364
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	6.116	1.402	1.186	3.391	6.460	40.339	58.894
Sinistros convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	22.696
Cosseguro cedido	-	-	-	-	-	-	(9.475)
Sinistros a liquidar líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-	72.115

19. Depósitos de Terceiros: Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Em 30 de junho de 2011 o montante é de R\$18.591 (R\$27.918 em 31 de dezembro de 2010).

Descrição	30/06/2011						
	1 a 30	31 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Superior a 365	Total
Cobrança antecipada de prêmios	383	100	137	28	228	477	1.353
Prêmios e emolumentos recebidos	8.003	719	545	78	1.641	3.160	14.146
Outros depósitos	64	8	127	594	1.323	976	3.092
Total	8.450	827	809	700	3.192	4.613	18.591

Descrição	31/12/2010						
	1 a 30	31 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Superior a 365	Total
Cobrança antecipada de prêmios	1.182	198	451	26	93	87	2.037
Prêmios e emolumentos recebidos	2.091	3.636	7.573	4.349	1.106	4.828	23.583
Outros depósitos	212	478	259	292	1.034	23	2.298
Totais	3.485	4.312	8.283	4.667	2.233	4.938	27.918

20. Outros Débitos - Depósitos e Provisões Judiciais: A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendado pela Circular SUSEP nº 424/11. **20.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda:**

	2011						2010	
	Provável		Possível		Remota		Valor	Valor
	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	total	total
Trabalhistas (a)	557	5	127	2	-	13	684	526
Cíveis (b)	1.204	59	311	24	-	53	1.515	1.139
Total	1.761	64	438	26	-	66	2.199	1.665

20.2. Movimentação das provisões judiciais:

	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2010	526	1.139
Constituições/atualização monetária	164	658
Alterações nas estimativas	(6)	(114)
Baixas/pagamentos	-	(168)
Saldo em 30 de junho de 2011	684	1.515

(a) **Provisões trabalhistas:** A Seguradora é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas. (b) **Provisões cíveis:** Ações impetradas por segurados relacionadas, na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas. (c) **Provisões fiscais:** A Seguradora aderiu ao Programa de Refinanciamento REFIS instituído pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 que concedeu redução de multas e juros conforme a forma de pagamento, aos contribuintes que optaram por liquidar os débitos tributários no âmbito dos Impostos Federais, perante a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da União e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, bem como a utilização de Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais para Compensação dos saldos destas Multas e Juros após aplicação do desconto. A referida Lei permitiu também a inclusão de saldos remanescentes de Programas semelhantes instituídos em legislações anteriores também oferecendo benefícios fiscais. A Seguradora optou pelo pagamento à vista desses tributos através de pagamento em dinheiro no montante de R\$26.561 com utilização de Prejuízos Fiscais no montante de R\$7.880, liquidando todos os débitos fiscais constantes nestes órgãos, bem como procedeu à destituição e renúncia aos direitos inerentes aos Processos Judiciais que estavam em curso de forma irrevogável.

21. Contas a Pagar - Longo Prazo: A provisão para tributos diferidos é referente a tributação sobre a reavaliação das edificações da Mitsui Sumitomo Seguros. E registrado como outras contas a pagar estão as provisões referentes a repasses de cosseguro cedido e resseguro cedido sobre ressarcimentos de sinistros.

Contas a pagar:	30/06/2011	31/12/2010
Provisões para tributos diferidos	553	482
Outras contas a pagar	2.872	3.464
Total	3.425	3.946

22. Patrimônio Líquido: O capital social é de R\$ 281.368 representado por 59.106.248 (59.106.248 em 2010) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. Em 24 de março de 2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 60.000 pela Portaria SUSEP nº 1.079, referente ao aumento ocorrido em dezembro de 2009, representado por 22.891.210 novas ações ordinárias, sem valor nominal. Os ajustes com títulos e valores mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 9, líquidos dos efeitos tributários. Reservas de reavaliação: Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação

ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

23. Ramos de Atuação da Seguradora: Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Principais ramos	30/06/2011			Índices %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel	52.618	43.334	13.457	82	26
Patrimonial	82.574	59.032	7.224	71	9
DPVAT	21.740	18.982	319	87	1
Responsabilidade civil	13.238	2.020	1.102	15	8
Responsabilidade civil - veículos	11.674	8.249	2.479	71	21
Transportes	6.659	3.782	1.246	57	19
Acidentes pessoais e vida em grupo	1.195	193	310	16	26
Outros	1.228	(24)	327	(2)	27
Total	190.926	135.568	26.464		

Principais ramos	30/06/2010			Índices %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel	56.989	39.110	12.818	69	22
Patrimonial	56.529	7.358	8.998	13	16
DPVAT	20.011	17.513	286	88	1
Responsabilidade civil	10.017	1.598	1.071	16	11
Responsabilidade civil - veículos	9.915	8.051	1.991	81	20
Transportes	4.513	351	600	8	13
Acidentes pessoais e vida em grupo	911	643	130	71	14
Outros	1.793	495	396	28	22
Total	160.678	75.119	26.290		

24. Detalhamento de Contas das Demonstrações de Resultado:

	30/06/2011	30/06/2010
a) Prêmios ganhos:		
Prêmios diretos	137.497	123.216
Prêmios de cosseguros aceitos	12.197	28.443
Prêmios cedidos em cosseguros	(1.063)	(1.120)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(2.283)	(3.596)
Prêmios - DPVAT	21.838	20.010
Prêmios de retrocessões	1	-
Varição das provisões técnicas	22.739	(6.275)
Total	190.926	160.678

	30/06/2011	30/06/2010
b) Sinistros ocorridos:		
Sinistros	(174.459)	(83.961)
Recuperação de Sinistro	11.176	10
Salvados	9.871	8.134
Ressarcimentos	1.353	649
Varição da provisão de IBNR	16.491	49
Total	(135.568)	(75.119)

	30/06/2011	30/06/2010
c) Custos de Aquisição:		
Custos de aquisição	(22.688)	(23.273)
Outros custos de aquisição	(1.277)	(749)
Recuperação de comissões	(197)	253
Varição das provisões técnicas	(2.302)	(2.521)
Total	(26.464)	(26.290)

	30/06/2011	30/06/2010
d) Outras receitas e despesas operacionais:		
Outras receitas operacionais:		
DPVAT	1.402	1.248
Assistência 24 horas	8.066	6.856
Outras	691	-
Total outras receitas	10.159	8.104
Outras despesas operacionais:		
Despesas com inspeção de riscos	(926)	(635)
Despesas com apólices	(1.500)	(921)
Despesas com cobrança	(2.068)	(1.677)
Despesas com agenciamento e assessoria	(878)	(806)
Despesas contingenciais	(982)	(320)
Outras despesas assist. 24 horas	(3.315)	(2.636)
Outras despesas com operações de seguros	(2.360)	(2.802)
Provisão para riscos sobre créditos	(1.067)	(345)
Total outras despesas	(13.096)	(10.142)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(2.937)	(2.038)

	30/06/2011	30/06/2010
e) Resultado com operações de resseguro:		
Receita com resseguro		
Recuperação de indenização	63.596	5.267
Subtotal	63.596	5.267
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros cedidos	(54.108)	(46.008)
Varição das provisões técnicas	(912)	8.638
Varição da provisão de IBNR	(18.703)	(3.569)
Resultado financeiro	42	(13)
Despesas com tributos s/ remessa ao exterior	(1.158)	(963)
Subtotal	(74.839)	41.915
Total geral	(11.243)	(36.648)

	30/06/2011	30/06/2010
f) Despesas administrativas:		
Pessoal	(11.185)	(9.389)
Localização e funcionamento	(2.841)	(2.289)
Despesas com depreciação/amortização	(2.782)	(2.434)
Publicidade e propaganda	(13)	(23)
Serviços de terceiros	(7.272)	(6.255)
DPVAT	(1.219)	(1.075)
Outras	(437)	212
Total	(25.749)	(21.253)

	30/06/2011	30/06/2010
g) Despesas com tributos:		
PIS e COFINS	(3.396)	(3.153)
Impostos municipais	(73)	(67)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(640)	(301)
Demais tributos	177	47
Total	(3.932)	(3.474)

	30/06/2011	30/06/2010
h) Resultado financeiro:		
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	7.930	6.741
Receitas com operações de seguros	2.190	1.683
Receitas com fundos de investimento	5.064	2.985
Outras	166	442
Total	15.350	11.851

	30/06/2011	30/06/2010
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa	(282)	(32)
Despesas financeiras com operações de seguros	(2.062)	(1.251)
Outras	(270)	(215)
Total	(2.614)	(1.498)
Total resultado financeiro	12.736	10.353

	30/06/2011	30/06/2010
25. Imposto de Renda e Contribuição Social		
IRPJ	3.029	3.029
CSLL	8.231	4.284
Adições	(11.717)	(3.887)
Exclusões	(457)	(457)
Lucro (prejuízo) fiscal	-	(3.219)
Compensação de prejuízos fiscais	(457)	(457)
Base do IR e CSLL	-	7.510
Imposto de renda e contribuição social no semestre	-	1.865
Outros	-	(9)
Total de imposto de renda e contribuição social	1.856	1.165

Lucro antes do imposto, líquido de participações

	30/06/2011	30/06/2010
Adições	8.231	4.284
Exclusões	(11.717)	(3.887)
Lucro (prejuízo) fiscal	(457)	(457)
Compensação de prejuízos fiscais	-	(3.219)
Base do IR e CSLL	(457)	(457)
Imposto de renda e contribuição social no semestre	-	1.865
Outros	-	(9)
Total de imposto de renda e contribuição social	1.856	1.165

26. Transações com Partes Relacionadas: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2011, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria no primeiro semestre de 2011 foi de R\$910 (R\$814 em 2010) e para Conselheiros de R\$84 (R\$84 em 2010). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Company Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo:

	30/06/2011	30/06/2010	31/12/2010
Parte relacionada			
Mitsui Sumitomo Insurance Company Ltd. (Controladora)			
Ativos - operações com resseguradoras	15.647	-	22.157
Passivos - operações com resseguradoras	28.058	-	54.542
Receitas - recuperação de indenização	7.203	10.109	-
Despesas - prêmios de resseguros cedidos	(13.697)	(24.883)	-

27. Outras Informações (Não Auditado): Cobertura de Seguros - A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância